Pobreza em Angola: efeito da guerra, efeitos da paz

Poverty in Angola: effect of war, effects of peace

Cristina Udelsmann Rodrigues

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/ras/451>

DOI: 10.4000/ras.451

ISSN: 2312-5195

Editora

Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2012

Paginação: 113-123

ISSN: 1646-9860

Refêrencia eletrónica

Cristina Udelsmann Rodrigues, « Pobreza em Angola: efeito da guerra, efeitos da paz », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 9 | 2012, posto online no dia 11 dezembro 2013, consultado no dia 03 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/ras/451> ; DOI : 10.4000/ras.451

Pobreza em Angola: efeito da guerra, efeitos da paz

Cristina Udelsmann Rodrigues

Resumo

O artigo analisa as correlações entre pobreza e paz em Angola a partir de uma revisão da literatura sobre este tema. Tendo em conta a estreita articulação entre pobreza e guerra/paz, analisam-se os desenvolvimentos registados em Angola nos últimos anos, nomeadamente em termos do enfoque relativamente ao combate à pobreza espelhados nas estratégias nacionais e nos dados disponíveis. Pretende-se contribuir não só para a discussão das inter-causalidades atribuídas a ambos os fenómenos como para a análise das evoluções registadas no país nas últimas décadas.

Palavras-chave

Pobreza, paz, desenvolvimento.

1. Correlação entre pobreza e paz

A publicação, em 2009, de um estudo extensivo sobre as correlações pobreza e paz em países africanos de língua portuguesa [Rodrigues & Costa 2009], permitiu reconhecer a abrangência deste tipo de preocupação em termos da análise sociológica e identificar pistas de pesquisa no contexto africano em geral e no de Angola em particular. Trata-se de uma correlação raramente questionada nas suas dinâmicas e implicações mútuas fora da academia, embora seja tida, frequentemente, como o ponto de partida para a elaboração de estratégias nacionais para desenvolvimento dos países.

As perspectivas sobre as correlações entre pobreza e paz e a análise das influências mútuas são, normalmente, bidireccionais. Especificamente no contexto africano, a paz é vista como uma condição para a eliminação da pobreza ou, por outro lado, a eliminação da pobreza constitui uma via para alcançar a paz.

O político, em termos gerais, constitui um dos campos privilegiados de procura das principais razões para explicar a pobreza dos países, seja em termos de como a estruturação do mesmo produz desigualdade [Bush 2004]; de como as formas de relações sociais, frequentemente imbricadas nas instituições políticas e nas estruturas económicas, produzem pobreza [Green & Hulme 2005]; de como as relações sociopolíticas entre os diversos actores sociais têm implicações directas na pobreza [Narayan 2000]; e, por exemplo, especificamente, como os conflitos (políticos) têm como causas a economia [Collier & Hoeffler 1998].

Apresentando brevemente quer as perspectivas que explicam os conflitos pela pobreza quer vice-versa, há a destacar que o debate não parece ter-se esgotado, mantendo-se activo e particularmente pertinente na actualidade.

Embora de forma menos frequente, a pobreza é indicada como factor de elevada importância para a ocorrência de conflitos [Bryant & Kappaz 2005: 25]. Vários autores colocam como causa principal para a ocorrência de conflitos a escassez de recursos (ou a sua abundância) em determinados contextos e a existência de instituições disfuncionais [Theisen 2008: 815]; a vulnerabilidade das famílias pobres para participar em conflitos armados [Justino 2009]; ou a precariedade em termos de segurança alimentar e nutricional [Pinstrup-Andersen & Shimokawa 2008]. A pobreza tem a capacidade de causar guerras e conflitos, embora exista ainda um conjunto insuficiente de pesquisa nesta área [Bryant & Kappaz 2005: 25].

Embora exista actualmente um conjunto de estudos e análises que colocam a desigualdade e a exclusão social no centro dos factores que têm implicações para o conflito e a violência [Bryant & Kappaz 2005], a maioria deles não reconhece a exclusividade desta relação. Em contraposição, constata-se em alguns casos que a ocorrência de conflitos tem lugar em regiões menos pobres e onde se concentra uma população com melhores condições de vida. Nestes últimos inclui-se, por exemplo, a Libéria [Hegre *et al.* 2009], reforçando o conjunto de análises que colocam a “oportunidade” (para o conflito) como um dos principais factores de ocorrência de conflitos [Collier & Hoeffler 2004], mais plausível do que a privação de recursos. Contudo, mantém-se clara a possibilidade de determinar a existência de alguns factores que, em circunstâncias específicas, podem conduzir à guerra em contextos de pobreza: “eventos catalisadores, redes, acção colectiva local, agitadores, recursos pilháveis, transferências de grupos da diáspora vingativos” [Bryant & Kappaz 2005: 26].

Em relação a ambas as perspectivas (a pobreza causa a guerra e a guerra causa a pobreza), existe consenso no que toca à sua estreita implicação recíproca. A abordagem dos conflitos enquanto “desenvolvimento em reverso” coloca em evidência os elevados custos que estes provocam em termos sociais e económicos, conducentes à manutenção e ao agravamento da pobreza [Collier 2003]. Os custos económicos normalmente situam-se ao nível da reorientação dos recursos nacionais para a guerra, da destruição causada pelos conflitos e da transferência da riqueza para fora do país ou da região [Collier 2003: 15]. Em termos sociais, os custos estão relacionados objectivamente com as baixas causadas pelos conflitos e com os deslocados (refugiados e deslocados internos) que deles resultam. No fundo, a guerra e os conflitos provocam um conjunto de consequências que contribuem seriamente para a pobreza e explicam, ao mesmo tempo, por que razão o crescimento económico nestes contextos é inconsistente e em inúmeros casos entrou em sério declínio desde os anos 1970 [Rodrick 1999].

No contexto dos países africanos independentes, sendo os conflitos e guerras a principal explicação para o não crescimento económico e para o declínio [Rodrick 1999], nem sempre esta relação se afigura como causalidade directa. A evolução dos sistemas políticos e das situações de guerra ditam, de forma diferenciada, as possibilidades de crescimento e de desenvolvimento económico mas esta não é a única explicação para a persistência dos indicadores negativos de pobreza. Se para alguns autores a desigualdade económica é altamente importante para explicar os conflitos civis, há que ter em conta que há diferentes tipos de desigualdade. A desigualdade 'horizontal' é causa explicativa para o conflito civil mas a desigualdade 'vertical', como por exemplo a capturada pelo coeficiente de Gini, não constitui uma causa para os conflitos [Cramer 2003].

Análises mais críticas refutam de forma incisiva certas interpretações comumente aceites, como a associação da pobreza à falta de boa governação [Bernard 2002]. Contudo, apenas uma análise em detalhe e aprofundada permite dar conta da correlação entre pobreza e conflitos. A distinção entre diferentes formas de competição pelos recursos (facto associado à desigualdade e à pobreza) permitiu, por exemplo, identificar que embora as contestações (relativamente ao poder ao acesso a recursos) tenham um papel central nos conflitos contemporâneos, a ganância e o desejo de controlar recursos e apropriar rendimentos entram também no cálculo para explicar o conflito [Murshed 2002, Collier & Hoeffler 2004].

Mas desde há vários anos que a reflexão sobre as implicações mútuas entre pobreza e paz se estende também, como seria de esperar, à inevitável associação de outros factores a este binómio, como a democracia, os direitos humanos ou o desenvolvimento social e económico [Solomon & Cilliers 1996]. Um conjunto de questões ligadas à economia política que limitam o acesso a recursos, por um lado, e um conjunto de questões ligadas à governação (incluindo a guerra e a violência), por outro, formam o quadro de combinações possíveis para a existência e perpetuação da pobreza [Bryant & Kappaz 2005]. No fundo, a perspectiva que melhor dá conta das correlações pobreza e guerra é, na sua essência, equilibrada e, por isso, adaptável aos diversos contextos: a guerra retarda o desenvolvimento mas, reciprocamente, o desenvolvimento retarda a guerra [Collier *et al.* 2003].

Existe, portanto, todo um campo de análise da correlação entre estes termos que, no fundo, faz ressaltar a extrema importância da contextualização sistemática, ao nível histórico, social, político, económico, ao qual se deve, incontornavelmente, associar as perspectivas locais sobre a pobreza e suas causas.

A própria definição do conceito de pobreza tem revelado inúmeras dificuldades, sobretudo relacionadas com a multidimensionalidade do fenómeno. Em alguns casos, e de forma a ultrapassar estas dificuldades, a opção é o recurso aos dados quantitativos e à análise estatística — nomeadamente as estatísticas nacionais de diversos tipos — que têm servido de base à formulação de teorias e explicações [Hegre *et al.* 2009]. O predomínio da abordagem monetária na maior parte das descrições e análises da pobreza [Stewart *et al.* 2007: 1] é, por essa razão, bastante evidente. Outras vias de definição da pobreza incluem a abordagem das capacidades, da exclusão social e a abordagem participativa [Stewart *et al.* 2007: 2]. A perspectiva monetária centra-se, sobretudo, na definição da pobreza como uma carência em termos de consumo (ou rendimento) em relação a uma linha de pobreza.

A abordagem das capacidades (na senda do trabalho de Amartya Sen) foca os aspectos da privação em relação a determinadas capacidades mínimas ou básicas. A linha da abordagem da pobreza através da exclusão social refere-se a processos de marginalização e privação, socialmente definidos. Quanto à abordagem participativa, inscreve-se na ideia que a pobreza deve ser definida pelos próprios indivíduos e não externamente [Stewart *et al.* 2007: 24]. Tendo em conta as várias possibilidades de analisar a pobreza dos países, não seria aqui possível eleger a melhor forma de o fazer em relação ao caso angolano. As principais dificuldades prendem-se com a escassez de dados estatísticos variados e de fontes diversificadas mas também e sobretudo com a ainda incipiente produção de estudos de tipo qualitativo. Por outro lado, centrando-se este artigo na análise das correlações entre os conflitos angolanos e a pobreza, utilizam-se como base de trabalho dados recentes produzidos em Angola bem como as referências existentes de carácter qualitativo, centrando por isso a discussão mais sobre as implicações recíprocas do que na disponibilidade e pertinência dos dados existentes. O argumento principal, formulado a partir do debate acima descrito assenta antes sobre a noção de que a paz em si não é um factor directo de redução da pobreza. “O fim da guerra salva vidas — incluindo as dos pobres que são frequentemente as principais vítimas — mas pode não trazer muita se alguma melhoria às condições de vida” [Addison 2003: 1].

2. O conflito angolano

No caso de Angola, as questões da guerra e da paz permaneceram mais duradouramente no centro da análise da pobreza e do desenvolvimento, aparecendo sistematicamente nos estudos de carácter social, político e económico, referências às implicações recíprocas. A análise das consequências da guerra de independência sobre as condições de vida da população não constituiu uma preocupação ao nível académico — muito pelo contrário — dado o contexto que se vivia em Angola nos anos 1960 e início dos anos 1970. Com o início da guerra civil e os seus desenvolvimentos, sobretudo nos anos 1990 após as primeiras eleições, várias análises se começaram a debruçar não só sobre os cenários de crescimento em contexto de paz [Abreu 1989] como sobre a guerra civil em si e as suas consequências directas e evidentes [Anstee 1997]. Em vários momentos estes estudos espelharam uma perspectiva optimista sobre os vários finais anunciados da guerra civil, alguns deles perspectivando inclusive como seria possível aliar a vontade de paz sentida pela população ao desenvolvimento do país de forma mais eficaz [Ferreira & Barros 1998].

Com o final da guerra em 2002, o enfoque voltou-se claramente para as possibilidades de a paz gerar prosperidade no país [Grobelaar, Mills & Sidiropoulos 2003], aliado à noção cada vez mais clara de que as prioridades nacionais evoluíram de um contexto de emergência para um contexto de desenvolvimento, com prioridade para o crescimento com diversificação, combatendo a fome e a miséria e diminuindo a pobreza [Governo 2005, 2009]. Uma visão mais abrangente das várias guerras recentes de Angola, coloca em destaque a influência de condições internas e externas para o desenvolvimento de Angola, incluindo o forte direccionamento dos recursos nacionais para o esforço de guerra durante

uma década (1992–2002), indicando, igualmente, a oportunidade que a paz constitui para uma gestão dos rendimentos nacionais orientada para a melhoria das condições de vida da população [Ferreira 2006].

As consequências da guerra são, contudo, ainda muito claras e pertinentes para a análise da pobreza e do desenvolvimento angolano na actualidade. “Décadas sucessivas de conflito militar provocaram em Angola, não apenas perdas substanciais ao nível do capital físico (equipamentos, infra-estruturas, habitações) e humano, mas também determinaram efeitos que se combinaram entre si no sentido de uma redução do bem-estar da generalidade dos angolanos” [Lopes 2009: 63]. A maior parte destes efeitos estão directamente relacionados com a pobreza e com as condições de vida da população: deslocações compulsivas, insegurança, insegurança alimentar, má nutrição, graves dificuldades no acesso à saúde e educação [Lopes 2009: 73]. A *Estratégia de Combate à Pobreza* do governo angolano aponta como principal consequência directa para a gravidade da pobreza rural a guerra, que limitou o acesso da população às áreas de cultivo e mercados e que destruiu os recursos dos camponeses; esvaziou o campo de mão-de-obra e fez afluir milhares de deslocados para as cidades [Governo 2005: 21].

As perspectivas geradas pela paz estão, por outro lado, directamente relacionadas com a recuperação das condições básicas, destruídas pela guerra: “reabilitação do capital físico, a recuperação da mobilidade territorial em condições de segurança, o reencontro de membros das famílias, a multiplicação de oportunidades de negócio e de acesso a bens e serviços” [Lopes 2009: 77]. Por essa razão, todas as áreas de intervenção prioritária identificadas na *Estratégia de Combate à Pobreza* — reinserção social, desminagem, segurança alimentar e desenvolvimento rural, VIH-sida, educação, saúde, infra-estruturas básicas, emprego e formação profissional, governação e gestão macroeconómica — fazem referência aos impactos negativos provocados pela guerra, sobretudo directamente mas também de forma indirecta, estabelecendo estas condicionantes como ponto de partida para o desenvolvimento futuro.

O documento de estratégia nacional relativa ao desenvolvimento de Angola que serve de orientação para o período em curso (2009–2013) continua a colocar a pobreza no centro das preocupações nacionais [Governo 2009]. Apontando como objectivo estratégico o crescimento com diversificação, combatendo a fome e a miséria e diminuindo a pobreza, não deixa, contudo, de integrar referências (menos enfaticamente que a Estratégia de 2005) às heranças deixadas pela guerra. No entanto, é muito clara a preocupação com a pobreza, através da acção em áreas consideradas cruciais para a sua redução: combate à fome e à miséria, com redução da pobreza; sustentação do desenvolvimento económico; continuidade da reconstrução nacional; modernização do sector público; diversificação e modernização da economia; modernização e fortalecimento do sistema financeiro; aceleração de desenvolvimento industrial; desenvolvimento rural integrado; capacitação da população; desenvolvimento da classe empresarial; aumento do emprego e renda; em suma, a melhoria das condições de vida do povo angolano. Na área da Assistência e Reinserção Social, definida neste programa (mais directamente ligada à pobreza), o destaque é dado à promoção da integração social das pessoas carenciadas e em situação de vulnerabilidade; à promoção de programas de combate à pobreza junto das comunidades mais carenciadas; garantir a assistência social aos estratos mais vulneráveis da população;

a promoção do desenvolvimento comunitário; livrar o território nacional do risco das minas, abrindo espaço para as actividades produtivas e reduzindo a vulnerabilidade social; o apoio a programas de reassentamento para reintegração social e produtiva; o desenvolvimento de programas comunitários de combate ao trabalho infantil; a promoção de programas articulados de resposta rápida a situações de risco iminente.

Tendo em conta não só o reconhecimento de diversos efeitos provocados pela guerra como a priorização do combate à pobreza ao nível nacional, torna-se relevante perceber que formas assumem os esforços realizados ao nível das políticas e orientações nacionais como que indicadores revelam as evoluções registadas no país ao nível da pobreza desde o final da guerra. Esta análise, embora limitada pela disponibilidade de dados e estudos específicos em que seja ponderado o factor “paz” de forma isolada, é passível de contribuir para o melhor conhecimento das implicações mútuas entre a paz e a pobreza e para o debate ainda em curso no âmbito das ciências sociais.

3. A paz e a pobreza angolanas

No seguimento das análises recentes sobre as implicações da paz na redução da pobreza, destaca-se a perspectiva de que a recuperação deve ter um objectivo alargado em termos nacionais [Addison 2003]: deve ser liderada por atores nacionais; está dependente de um forte investimento privado; a reforma e a transformação são essenciais para os processos de recuperação. Sem que se verifiquem estes esforços, a guerra tende a voltar.

Com base nos documentos de estratégia e política nacional, acima referidos, a orientação tomada aborda claramente as questões do desenvolvimento, da reconstrução e da reforma, constituindo-se, por isso e à partida, como altamente pertinentes não apenas para o desenvolvimento mas também para a minimização de factores perturbantes da paz. A partir da análise dos indicadores da evolução da pobreza, pode afirmar-se que esta é positiva desde o final da guerra, o que pode indiciar resultados concretos quer ao nível da melhoria das condições de vida em geral quer em termos da consolidação da paz.

A *Estratégia de Combate à Pobreza* do governo angolano (2005) dava conta de indicadores de pobreza elevados. O Índice de Pobreza Humana estimado para o ano 2000 — aferido a partir do IDR (Inquérito de Despesas e Receitas) de 2001 e do MICS (Multiple Indicator Cluster Survey) de 2001 e baseado na longevidade, educação e padrão de vida digno — era de 0,41 [Governo 2005: 20]. Com base no IDR, estimava-se que 68% da população fosse pobre (ou seja, com acesso a menos de 1,7 dólares por dia) e que 28% vivesse em condições de pobreza extrema (com menos de 0,76 dólares por dia). Embora recorrendo a uma metodologia diferenciada de cálculo da pobreza, o Inquérito sobre o Bem-Estar da População [Instituto 2011] dava conta de uma redução bastante acentuada dos níveis de pobreza no país em 2009. A incidência da pobreza, tida como a população que vivia abaixo da linha de pobreza nacional, passou a representar 36,6% do total da população do país.

Esta percentagem apresentava, contudo, variações em termos da maior incidência em meio rural (58,3%), enquanto nos meios urbanos afectava apenas 18,7% da população. Tendo em conta que a

pobreza rural foi considerada, em 2005, como uma das áreas mais afectadas e de urgente resolução, o facto de o IBEP de 2011 continuar a destacar que o nível de incidência da pobreza é três vezes superior nas áreas rurais do que nas urbanas, de certa forma contradiz o optimismo que a redução geral da pobreza em Angola pode gerar.

Contudo, a maior aposta na recuperação e na reconstrução pode não permitir aferir resultados concretos num intervalo de tempo (desde o final da guerra) três vezes inferior à duração da guerra. Certos indicadores, de certa forma relacionados ainda com os efeitos da guerra e com a resiliência mantêm-se elevados. Por exemplo, de acordo com o IBEP, em 2009 a migração interna em todo o país continuava elevada — 12,6% da população são migrantes internos. Os trabalhos de desminagem são ainda importantes e estão longe de estar concluídos, assim como a reconstrução de diversos tipos de infra-estruturas. Outros indicadores sociais mantêm-se baixos, embora, em algumas áreas, o IBEP coloque em destaque melhorias sentidas pela população. Na área da educação, 29% das crianças angolanas têm de percorrer mais de 2 km diariamente para frequentar a escola, cerca de 26% das crianças na faixa dos 6-9 anos nunca frequentou a escola; a taxa líquida de frequência do ensino secundário a nível nacional é de 19%, com valores mais elevados nas áreas urbanas (30%) e apenas 4% nas áreas rurais; a proporção de analfabetos em Angola é de ainda 34% a nível nacional, com grande desvantagem para as mulheres (praticamente metade da população feminina é analfabeta) e para a população rural (mais de 70% da população). Na área da saúde, nas zonas rurais, apenas 24% da população tem acesso a postos ou centros de saúde públicos num raio até 2 km, em contraste com uma percentagem de 63% nas zonas urbanas. Em termos de infra-estruturas — e registando-se também nesta área uma percepção generalizada de que as condições melhoraram nos últimos anos, continuam a registar-se dificuldades: menos de metade da população (42%) usa uma fonte apropriada de água para beber; apenas 53% dos agregados tem algum tipo de instalação sanitária em casa; a nível nacional, 88% dos agregados vivem em habitações inadequadas, sendo a proporção menor nas áreas urbanas (79%) comparativamente às rurais, onde é praticamente universal a percentagem de agregados a viver em habitações inadequadas (99%) [Instituto 2011].

A clara preocupação com o desenvolvimento e centralidade atribuída ao combate à pobreza demonstram, contudo, que a paz é actualmente tida um facto fundamental adquirido, embora não tenham sido esquecidos os efeitos da guerra. No âmbito do sector da assistência e reinserção social (o qual se concentra sobre as questões da pobreza no país) estas mudanças são evidentes na passagem de um enfoque na ajuda alimentar que se estendeu até 2003 para uma abordagem mais focada nos mais vulneráveis em 2004, culminando, em 2005, na cessação da ajuda humanitária associada à guerra. As actividades de assistência humanitária realizadas pelo MINARS (Ministério da Assistência e Reinserção Social) em 2007 e em 2008 foram dedicadas exclusivamente ao apoio às populações afectadas por calamidades naturais como inundações e secas. Desde 2008, um dos programas deste ministério ainda inclui populações afectadas pela guerra (regresso e reassentamento das populações directamente afectadas pelo conflito armado), sendo que a maioria foca sobretudo no regresso de populações ao país, subentenda-se como resultado da guerra (repatriamento voluntário e organizado dos refugiados angolanos; reintegração socioeconómica dos cidadãos angolanos repatriados nas principais áreas de

retorno; assistência ao regresso dos cidadãos angolanos solicitadores de asilo rejeitados na Europa e outros continentes; de assistência e integração socioeconómica dos refugiados asilados em Angola). Três dos programas abrangem populações directamente afectadas pela pobreza e pela vulnerabilidade: assistência às famílias em situação de vulnerabilidade; programa de apoio às famílias em situação de pobreza; assistência à pessoa idosa [MINARS 2008].

A análise destes documentos e dados, mostra portanto não só que há claro indícios de que a redução da pobreza coincide com a duração da paz e que a necessidade de focar no combate à pobreza mais do que à resolução de problemas relacionados com a guerra se transcreve para as orientações de política socioeconómica. Mostra igualmente que tanto para os inquiridos pelo IBEP como para as instâncias governamentais, se registam evoluções no sentido da melhoria das condições de vida da população em Angola mas que persistem ainda áreas — não necessariamente ligadas ao conflito passado — em que é necessário actuar.

Notas finais

Tendo em conta na análise estas tendências e mudanças, quer ao nível das políticas e estratégias, quer a partir dos dados disponíveis sobre a evolução da pobreza, subsiste todo um campo de análise de correlações bidireccionais em termos da pobreza e da paz em Angola, passíveis de contribuir para o debate académico. Alguns estudos, sobretudo na área dos efeitos psicológicos [Ventura 1997], das estratégias e formas de vida das pessoas fisicamente afectadas pela guerra em Angola [Carvalho 2008] ou sobre os novos actores do desenvolvimento pós-guerra [Van-Dúnem 2003], juntam-se àqueles que, de forma mais macro, analisam a situação económica do país à luz das sequelas da guerra sem, contudo, aprofundarem a discussão sobre as implicações mútuas de ambos os fenómenos. A uma escala mais próxima das famílias e das comunidades, subsistem ainda áreas de estudo que, por um lado, possam dar conta dos efeitos que a guerra, directa ou indirectamente, teve e que ainda possa ter sobre os níveis e condições de vida actuais. Por outro, que permitam elucidar sobre o peso da guerra no conjunto de factores que contribuem para a reprodução e para a perpetuação da pobreza. Finalmente, estudos e análises que ilustrem o papel da paz para a melhoria das condições de vida e superação da pobreza e, inversamente, que se refiram ao desenvolvimento como garantia da eliminação dos conflitos.

A conclusão principal que se destaca deste quadro é que, embora possa ser estabelecida uma correlação directa (e quase evidente) entre os fenómenos pobreza e guerra, existem outros factores que, de forma combinada e em contextos específicos, concorrem para a manutenção e/ou elevação dos níveis de pobreza. Estas outras explicações devem, por isso, combinar-se da melhor forma com a perspectiva que coloca a guerra no centro da análise da pobreza e do desenvolvimento, atribuindo-se especial importância, mais uma vez, aos contextos e evoluções próprios de cada país. As guerras têm durações e intensidades diferenciadas, pelo que a análise das suas consequências deve também ter em conta o conflito prolongado em Angola e a relativamente recente paz.

Referências bibliográficas

- ABREU, M.
1989: *Angola: Growth and Adjustment in Scenarios of Peace*, Estocolmo: SIDA
- ADDISON, Tony
2003: *Africa's Recovery from Conflict: making peace work for the poor*, UNU World Institute for Development Economics Research (UNU/WIDER)
- ANSTEE, Margareth Joan
1997: *Órfão da Guerra Fria: radiografia do colapso do processo de paz angolano*, Porto: Campo das Letras
- BERNARD, F.
2002: *La Pauvreté Durable*, Paris: Éditions du Félin
- BRYANT, Coralie & Christina KAPPAZ
2005: *Reducing Poverty, Building Peace*, Kumarian Press
- BUSH, Ray
2004: "Poverty and Neo-Liberal Bias in the Middle East and North Africa", *Development and Change*, vol. 35, nº 4, pp. 673-695
- CARVALHO, Paulo de
2008: *Exclusão social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda*, Luanda: Kilombelombe
- COLLIER, Paul et. al.
2003: *Breaking the Conflict Trap: civil war and development policy*, Washington DC: World Bank + Oxford University Press
- COLLIER, Paul & Anke HOEFFLER
2004: "Greed and Grievance in Civil war", *Oxford Economic Papers*, vol. 56, nº 4, pp. 563-595
1998: "On economic causes of civil war", *Oxford Economic Papers*, vol. 50, nº 4, pp. 563-573
- CRAMER, Christopher
2003: "Does Inequality Cause Conflict?", *Journal of International Development*, vol. 15, pp. 397-412
- FERREIRA, Manuel Ennes
2006: "Angola: conflict and development. 1961-2002", *The Economics of Peace and Security Journal*, vol. 1, nº 1, pp. 24-29
- FERREIRA, M. E. & C. BARROS
1998: "From War to Economic Recovery: peace as a public good in Angola", *Defence and Peace Economics*, vol. 9, pp. 283-297
- GOVERNO de Angola
2009: *Programa de Governo 2009-2013*, Luanda: Governo de Angola
2005: *Estratégia de Combate à Pobreza*, Luanda: Governo de Angola
- GREEN, Maia & David HULME
2005: "From correlates and characteristics to causes: thinking about poverty from a chronic poverty perspective", *World Development*, vol. 33, nº 6, pp. 867-879
- GROBELAAR, Neuma; Greg MILLS & Elisabeth SIDIROPOULOS
2003: *Angola: prospects for peace and prosperity*, Joanesburgo: South African Institute of International Affairs
- HEGRE, Håvard; Gudrun ØSTBY & Clionadh RALEIGH
2009: "Poverty and Civil War Events: A Disaggregated Study of Liberia", *Journal of Conflict Resolution*, vol. 53, pp. 598-623
- INSTITUTO Nacional de Estatística
2011: *Inquérito Integrado Sobre o Bem-estar da População (IBEP)*. 2008-09, Luanda: INE
- JUSTINO, Patrícia
2009: "Poverty and Violent Conflict: a micro-level perspective on the causes and duration of warfare", *Journal of Peace Research*, vol. 46, pp. 315-333

- LOPES, Carlos M.
2009: "Que efeitos da paz na redução da pobreza? Uma perspectiva a partir dos dados empíricos recolhidos nas cidades do Huambo e Luanda", in: Cristina U. RODRIGUES & Ana B. COSTA (org.) *Pobreza e Paz nos PALOP*, Lisboa: Sextante
- MINARS
2008: *Relatório das Actividades do Ministério. Período de 2002 a 2008*, Luanda: MINARS, <http://www.minars.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=500>
- MURSHED, S. Mansoob
2002: "Conflict, Civil War and Underdevelopment: An Introduction", *Journal of Peace Research*, vol. 39, nº 4, pp. 387-393
- NARAYAN, D. *et al.*
2000: *Voices of the poor: can anyone hear us?*, Oxford: World Bank + Oxford University Press
- PINSTRUP-ANDERSEN, Per & Satoru SHIMOKAWA
2008: "Do poverty and poor health and nutrition increase the risk of armed conflict onset?", *Food Policy*, vol. 33, pp.:513-520
- RODRICK, D.
1999: "Where did all the Growth Go? External shocks, social conflict, and growth collapses", *Journal of Economic Growth*, vol. 4, pp. 385-412
- RODRIGUES, Cristina U. & Ana B. COSTA (ed.)
2010: *Pobreza e Paz nos PALOP*, Lisboa: Sextante
- SOLOMON, Hussein & Jakkie CILLIERS (ed.)
1996: "People Poverty and Peace: Human Security", in: *Southern Africa*, vol. 4, Hanns Seidel Foundation + Foundation for Global Dialogue
- STEWART, Frances *et al.*
2007: "Introduction: four approaches to defining and measuring poverty", in STEWART *et al.* (ed.) *Defining Poverty in the Developing World*, Houndmills e Nova Iorque: Palgrave MacMillan, pp. 1-35
- THEISEN, Ole Magnus
2008: "Blood and Soil? Resource Scarcity and Internal Armed Conflict Revisited", *Journal of Peace Research*, vol. 45, pp. 801-818
- VAN-DÚNEM, José O.
2003: "Angola Pós-Guerra: novos e velhos desafios", *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, vol. 12, nº 19, pp. 213-218
- VENTURA, Margarida
1997: *O Stress Pós-traumático e suas Sequelas nos Adolescentes do Sul de Angola*, Braga: Universidade do Minho (Tese de Doutoramento em Psicologia)

Artigo pedido à autora

Recebido a: 20/Abril/2012

Aceite para publicação: 14/Maio/2012

Title

Poverty in Angola: effect of war, effects of peace.

Abstract

The article analyses the correlations between poverty and peace in Angola from the revision of literature about this subject. Given the close linkages between poverty and war/peace, the analysis concentrates on the developments in Angola

in the last years, namely in terms of the focus on the fight against poverty reflected in the national strategies and on the available data. The intention is contributing not only to the discussion of the correlated causes attributed to both phenomena but also to the analysis of the evolutions in the country in the last decades.

Key-words

Poverty, peace, development.